



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
Estado de Mato Grosso do Sul

PARECER JURÍDICO PRÉVIO ACERCA DA MINUTA CONTRATUAL

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL – MS.

ASSUNTO: LEGALIDADE DA MINUTA CONTRATUAL/ATA - DECRETO MUNICIPAL Nº 3.788/2023 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 132/2025.

(LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 – DECRETO MUNICIPAL Nº 3.901/2024)

DECRETO Nº 3.901, DE 17 DE JANEIRO DE 2024.

“Disciplina e Regulamenta as normas e procedimentos das denominadas contratações diretas na Lei nº 14.133/2021, além das prerrogativas provenientes do art. 95, §2º da Lei citada, alicerçadas no Decreto Municipal nº 3.786/2023; no âmbito do Poder Executivo Municipal”.

Art. 8º. A elaboração de Parecer Jurídico deverá respeitar as prerrogativas insertas no art. 53 da Lei nº 14.133/2021, sendo dispensado nas hipóteses elencadas no §5º do artigo citado, especialmente para os casos compreendidos como de baixo valor, baixa complexidade da contratação, entrega imediata ou em se tratando da utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato padronizados pelo órgão de Assessoria Jurídica do Município; além das diretrizes inseridas no Decreto Municipal nº 3.786/2023.

Art. 11. As minutas de contrato deverão, sempre que possível, obedecer às minutas padrões disponibilizadas pela Administração Pública Municipal, visando a padronização das cláusulas em toda Administração.

Conforme Parecer anexo aos autos, houve aferição oportuna e opinativa, encaminhada à douta apreciação superior para ciência e eventual deliberação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

Estado de Mato Grosso do Sul

Despacho 16- 2.216/2025

Encaminhado 06/06/2025 10:23

Checagem Proce...



Waldiro N. AJUR

Assessor Jurídico

Coordenador do Município



SAD - DLIC - Dep...

Segue o Parecer.

Prossigam.

Waldiro de Campos Gouvêa Neto
Assessor Jurídico Coordenador do Município.

Portarias nº 019/2025 e nº 494/2025.

"Não é preciso ter os olhos abertos para ver o Sol, nem é preciso ter ouvidos afiados para ouvir o Trovão. Para ser vitorioso, você precisa ver o que não está visível. [1]"

[1] A Arte da Guerra - Sun Tzu; Adaptação e Prefácio de James Clavell - 42ª Edição-Rio de Janeiro: Record, 2010. [1].

Anexos (1)

Em lista | Em galeria

Tabela

06_06_2025_Inexg_Pecas_e_Manut_NLLC_Decreto 3.901_e_RDC.pdf (1,82 MB)

1 download

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER PRELIMINAR

Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal nº 3.901/2024
RDC 665, de 30 de março de 2022.

DATA: 06/06/2025

BREVE RELATO DOS FATOS

Trata-se de análise sobre a eventual possibilidade de contratação nos termos do (art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações), com supedâneo no Decreto Municipal nº 3.901/2024 e RDC nº 665, de 30 de março de 2022; possuindo como objeto o seguinte: Manutenção corretiva do ultrassom do Centro de Especialidades Médicas (ClearVue 850 Ultrasound Systemn nº de série SZ11760512.), com o fornecimento de peça, (CEM), em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Chapadão do Sul – conforme elencado nos seguintes documentos técnicos: Termo de Referência, Justificativa, "ETP", Carta de Exclusividade e Justificativa de Compra.

Portaria nº [SELECIONE] Título da Atividade Organizadora / Técnica de Serviço Organizadora [SELECIONE] [SELECIONE] 22/05/2025 13:23 1.5 Assessor Jurídico [SELECIONE] [SELECIONE] [SELECIONE] [SELECIONE] [SELECIONE] [SELECIONE] [SELECIONE] [SELECIONE] [SELECIONE] [SELECIONE] [SELECIONE] [SELECIONE]	Contratação futura de empresa especializada, para a realização do serviço de manutenção corretiva do ultrassom do Centro de Especialidades Médicas (ClearVue 850 Ultrasound Systemn nº de série SZ11760512.), com o fornecimento de peça, (CEM), em atendimento 1. DO OBJETO: Contratação futura de empresa especializada, para a realização do serviço de manutenção corretiva do ultrassom do Centro de Especialidades Médicas (ClearVue 850 Ultrasound Systemn nº de série SZ11760512.), com o fornecimento de peça, (CEM), em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Chapadão do Sul. 2. DA JUSTIFICATIVA: 3. DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA ENVOLVIDA: 4. DA DESCRIÇÃO DO PRODUTO / DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS / DO FORMA DE EXECUÇÃO DA OBRA: 5. PRAZO DE ENTREGA / PRAZO DE EXECUÇÃO / CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO: 6. DOS DEVERES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE: 7. DO PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO: 8. DAS SANÇÕES:
---	--

Prosseguindo, passo à análise da minuta contratual/ Ata, alicerçada nos termos do art. 53 da NLLC.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

Estado de Mato Grosso do Sul

Os modelos possuem aprovação prévia da AGU, em parceria com a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, à luz do art. 19, IV da referida Lei, devidamente modificados para a realidade do ente público municipal, nos termos do art. 25, §1º da NLLC.

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133>



Analisando a minuta contratual/Ata, em atenção ao teor dos arts. 89 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e, Decreto Municipal nº 3.788/2023, observa-se que as cláusulas estabelecidas contemplam os requisitos necessários elencados no art. 92, dos quais destaco: objeto, o regime e a forma de execução, fiscalização, da execução propriamente dita (especificidades quanto a execução/realização do serviço – Cláusulas Primeira e Quarta), responsabilidades, obrigações da contratante e da contratada, valor e forma de pagamento (consideradas às suas especificidades), bem como as sanções pelo inadimplemento; além de outras cláusulas consideradas indispensáveis, conforme preconiza o art. 92, distribuídas no corpo do texto.

ENTENDO QUE A MULTA ELENCADE NA CLÁUSULA DÉCIMA, SE MOSTRA ADEQUADA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

Estado de Mato Grosso do Sul

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES (arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021)

10.1 Consideradas as prerrogativas administrativas, provenientes do Título III, Capítulo IV (art. 104 – Das Prerrogativas da Administração), vide Lei nº 14.133/2021, o (a) contratante, garantida a prévia defesa, poderá aplicar à contratada as seguintes sanções:

b) multa de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor do contrato ou do empenho quando se tratar de Sistema de Registro de Preços, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou da ata de registro de preços, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

Conforme entendimento do Egrégio Tribunal de Contas da União:

“Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU

Conceito e Noções Gerais

Contrato administrativo, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, é todo e qualquer ajuste celebrado entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, por meio do qual se estabelece acordo de vontades, para formação de vínculo e estipulação de obrigações recíprocas.

Regulam-se os contratos pelas respectivas cláusulas, pelas normas da Lei de Licitações e pelos preceitos de direito público. Na falta desses dispositivos, regem-se pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado.

Após concluído o processo licitatório ou os procedimentos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, a Administração adotará as providências necessárias para celebração do contrato correspondente.

No contrato devem estar estabelecidas com clareza e precisão as cláusulas que definam direitos, obrigações e responsabilidade da Administração e do particular.

Essas disposições devem estar em harmonia com os termos da proposta vencedora, com o ato convocatório da licitação ou com a autorização para contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Contratos celebrados entre a Administração e particulares são diferentes daqueles firmados no âmbito do direito privado. Isso ocorre porque nos contratos celebrados entre particulares vale como regra a disponibilidade da vontade, enquanto que naqueles em que a Administração é parte deve existir a constante busca pela plena realização do interesse público.

Essa distinção faz com que as partes do contrato administrativo não sejam colocadas em situação de igualdade. A Administração assume posição de supremacia e pode, por exemplo, modificar ou rescindir unilateralmente o contrato e impor sanções ao particular.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
Estado de Mato Grosso do Sul

Prevalece no contrato administrativo o interesse da coletividade sobre o particular. Essa superioridade, no entanto, não permite que a Administração ao impor vontade própria ignore direitos do particular que com ela contrata. A Administração tem o dever de zelar pela justiça.

Não pode ser celebrado contrato com pessoas estranhas ao procedimento de licitação ou de contratação direta, sob pena de ser declarado nulo de pleno direito”.

PROSSEGUINDO, ENFATIZO QUANTO A IMPOSSIBILIDADE DE EVENTUAL SUBCONTRATAÇÃO.

Despacho 21- 918/2024

Respondido 31/07/2024 09:54

Waldirio N. AJUR
Assessor Jurídico

↓

Envolvidos internos acompanhando

Prezados(as),

Diante da peculiaridade da contratação, em atenção ao Parecer Jurídico anexo, enfatizo quanto a impossibilidade de subcontratação. Atentem-se.

Acórdão - TCU

[Acórdão 275/2010-Primeira Câmara](#)

Enunciado

A contratação direta de serviços técnicos especializados não admite a subcontratação do objeto.

—
Waldirio de Campos Gouvêa Neto
Assessor Jurídico do Município.

Portaria nº 458/2016 - Substituída Pela Portaria nº 086/2021.

"Seja extremamente sutil, tão sutil que ninguém possa achar qualquer rastro. Seja extremamente misterioso, tão misterioso que ninguém possa ouvir qualquer informação. Se um general puder agir assim, então, poderá celebrar o destino do inimigo em suas próprias mãos. [1]"

[1] A Arte da Guerra – Sun Tzu; Adaptação e Prefácio de James Clavell – 42ª Edição-Rio de Janeiro: Record, 2010. [1].

CONCLUSÃO -

Portanto, após análise dos atos praticados até a presente data, desde que seguidas as orientações do Parecerista Subscritor, provenientes do Proc. Adm. Virtual nº 2.216/2025, é que a autoridade competente poderá opinar pela regularidade da Minuta Contratual/Ata, haja vista contemplar as prerrogativas legais necessárias, atinentes ao controle prévio de legalidade, nos termos do Decreto nº 3.901/2024, Decreto nº 3.788/2023 e arts. 53 e 92 da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
Estado de Mato Grosso do Sul



Proc. Administrativo 2.216/2025

Marcadores: **Para Dr. Neto** | x **EM A**

Situação geral : Recebido

Reitero quanto a necessidade do Fiscal do Contrato em verificar minuciosamente a sua execução, relatando qualquer eventual irregularidade ou inexecução, nos termos do Decreto Municipal nº 3.791/2023, Lei nº 8.078/90 e Lei nº 10.406/2002.

DECRETO Nº 3.791, DE 14 DE MARÇO DE 2023.

“Dispõe sobre a gestão e a fiscalização de contratos e atas de registro de preços celebrados pelos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo Municipal, bem como quanto ao recebimento do objeto contratual/ata de registro de preços, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências”.

Encaminhe-se à autoridade competente para ciência e consequente deliberação. Não se esqueçam de procederem nos moldes do art. 94, II da NLLC, atrelado às prerrogativas do Decreto Municipal nº 3.901/2024, art. 4º, VIII e §1º.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
Estado de Mato Grosso do Sul

Chapadão do Sul – MS, 10 de junho de 2025.

É O PARECER, S.M.J.

Waldoiro de Campos Gouvêa Neto

Portaria nº 019, de 06 de janeiro de 2025

Portaria nº 494, de 21 de maio de 2025

Assessor Jurídico Coordenador do Município



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6290-804B-A58E-45D9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



WALDIRO DE CAMPOS GOUVEA NETO (CPF 046.XXX.XXX-50) em 10/06/2025 15:10:13 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chapadaodosul.1doc.com.br/verificacao/6290-804B-A58E-45D9>